

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

Atendendo às disposições legais e estatutárias, a Administração da PRODESAN – Progresso e Desenvolvimento de Santos apresenta-lhes, a seguir, o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras Consolidadas preparadas de acordo com o International Financial Reporting Standards (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e também com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil. A Companhia adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações emitidas pelo IASB e que são efetivas para as demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2018.

Os graves problemas fiscais do país em 2018 interromperam ou retardaram a recuperação econômica que todos esperavam. O ano iniciou com um crescimento razoável na economia no primeiro trimestre, mas logo veio uma perda de impulso muito provavelmente provocada pela inércia política e consequente perda de capacidade do governo aprovar quaisquer uma das reformas esperadas, situação agravada pela greve nos transportes e uma deterioração no ambiente econômico internacional. No mercado interno, embora o nível de desemprego tenha começado a cair, isto se deu e ainda se dá muito lentamente, incapaz de estimular o consumo no país. Tal situação fez com que as receitas municipais ficassem abaixo do nível de recuperação esperada, não permitindo, desta forma, a ampliação dos contratos da Prefeitura com a PRODESAN.

Isto posto, submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Contábeis relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018, tecendo os seguintes comentários:

A – Sobre as Demonstrações Contábeis

Diante da condição econômica fragilizada do país, que gerou grande recuo no consumo interno nos últimos anos, destacamos que mesmo tendo apresentado uma receita operacional bruta menor que o ano de 2017 em 5,86%, e uma consequente redução do lucro bruto em 7,58%, conseguimos reduzir o total de nossas despesas operacionais em 15,52%, oriundas da diminuição das despesas gerais e administrativas (88% de redução). Também mantivemos o mesmo nível do passivo, considerando que o pequeno acréscimo sobre os valores de 2017 (3,72%) coincide com o índice oficial de inflação (IPC-A).

Levando em consideração o resultado genuinamente operacional, ou seja, excluindo os efeitos das despesas financeiras e do ganho pontual com o Programa de Regularização Tributária (PRT) em 2017, tivemos uma redução de 44,2% em nosso prejuízo acumulado do exercício. Este

fato mostra a possibilidade de recuperação do nosso resultado operacional e a reversão do prejuízo acumulado, mediante renegociações dos acordos vigentes e redução das despesas financeiras.

Em nosso entendimento, esta situação nos posiciona para a busca de melhores oportunidades, quando o nível de produção interna voltar a subir e a Prefeitura Municipal de Santos reassumir os níveis anteriores de geração de contratos com a PRODESAN, elevando assim as nossas receitas.

B – Sobre as atividades desenvolvidas:

1 – Em todo o ano de 2018, mantiveram-se os contratos de prestação de serviços e de fornecimento de materiais, em caráter contínuo, com a Prefeitura Municipal de Santos a saber:

- prestação de serviços na área de tecnologia da informação
- fiscalização e controle da limpeza pública
- serviços de operação da coleta seletiva
- serviços de digitação e revisão de textos de atos oficiais
- serviços de limpeza de unidades das Secretarias da Saúde, de Assistência Social, do Meio Ambiente (Coordenadoria de Proteção da Vida Animal)
- suporte técnico à execução de projetos desenvolvidos pela Secretaria de Desenvolvimento Urbano
- instalação e operação de sanitários públicos móveis em feiras livre e outros locais
- prestação de serviços de impressão e acabamento
- serviços de limpeza do sistema de drenagem compreendendo: desassoreamento e limpeza de canais, limpeza de córregos e galerias, de caixas nos sopés dos morros, de poços de visita, de canaletas, ramais de ligação e bocas de lobo e remoção do excesso de areia da praia;
- serviços de conservação de vias públicas.

2 - Na área de apoio a limpeza urbana (DEAP) foi realizada, em 2018, a limpeza de 268.651 metros entre galerias, ramais e canaletas. Este número é 10,35% superior à realizada no ano anterior (243.454 metros). Foram limpas também, ao todo, 27.439 unidades de poços de visita, bocas de lobo, caixas de decantação de areia e de sopé de morro, representando uma redução de 6,98% em relação ao ano anterior (29.497 unidades).

Já na coleta de lixo reciclável (seletiva), tivemos uma majoração de 43,18% no montante recolhido (6.297,87 toneladas em 2018; 4.398,44 toneladas em 2017).

3 – O Departamento Operacional (DEOP) manteve a prestação de serviços de limpeza técnica hospitalar em 73 unidades da Secretaria da Saúde e de limpeza de 16 unidades da Secretaria de Desenvolvimento Social, com um contingente de 395 empregados. Esse Departamento também responde pela instalação e operação dos sanitários públicos em feiras livres e eventos promovidos pelo Município.

4 - O Departamento de Arquitetura e Urbanismo (DEURB) em 2018 deu continuidade ao desenvolvimento dos projetos de Reurbanização da Vila Criativa em Caruara com novas Edificações e de Reforma do Deck do Pescador. Também elaborou os seguintes projetos:

- Reurbanização da Av. Moura Ribeiro com Ciclofaixa
- Novo Edifício dos Bombeiros - Av. Conselheiro Nébias
- Novo Edifício da UME José Carlos de Azevedo Junior
- Novo Edifício do Centro Cultural Morro Nova Cintra
- Novo Edifício Espaços de Atividades Náuticas com Deck
- Novo Edifício dos Atracadouros I e II
- Reforma da Ponte Edgard Perdigão
- Reforma das Unidades Municipais de Educação Maria Carmelita Prost Vilaça, D. Pedro II, dos Andradas I e II, Auxiliadora da Instrução, Cidade de Santos, Florestan Fernandes, Laurival Rodrigues, José da Costa Barbosa, Maria Luiza Alonso Silva, Olavo Bilac
- Construção do Edifício do IPREV – Rua Amador Bueno

5 - O Departamento de Engenharia (DE), em 2018, deu continuidade à obra de recuperação estrutural do Edifício-Sede e os serviços de manutenção e adequação predial dos Edifícios Sede e Anexo visando a obtenção dos Autos de Vistoria do Corpo de Bombeiros. Desenvolveu ainda Projetos de Engenharia (Estrutural, Elétrica, Hidráulica, Climatização, Prevenção de Combate a Incêndio, SPDA - Sistemas de Proteção Contra Descargas Atmosférica) e elaborou os elementos técnicos de engenharia (especificações, orçamento e cronograma físico-financeiro, CPU's – Composição de Preços Unitários e Fontes de Preços) das seguintes escolas:

- UME Maria Carmelita Prost Vilaça
- UME dos Andradas I e II
- UME Pedro II
- UME Cidade de Santos
- UME Auxiliadora da Instrução
- UME Florestan Fernandes
- UME José Carlos de Azevedo Júnior
- UME Laurival Rodrigues

- UME José da Costa Barbosa
- UME Olavo Bilac

Foram também elaborados os Elementos Técnicos de Engenharia do projeto para a nova Sede do IPREV, a proposta para desenvolvimento de Projeto de Combate incêndio para os Próprios Municipais, bem como fornecido suporte técnico para os projetos do Programa Santos Novos Tempos.

6 – O Departamento de Conservação de Vias Asfaltadas – DASF ainda não recuperou o nível de produção que mantinha antes da decisão de venda da área onde está instalada a usina de asfalto todavia, comparativamente ao ano de 2017, teve um acréscimo de cerca de 12% na quantidade produzida, sendo 72% ou 10.387,58 toneladas destinadas a Prefeitura e 28% ou 4.087,74 toneladas vendidas a terceiros.

7 – O Departamento de Tecnologia da Informação – DINF teve como principais atividades em 2018:

- Instalação e configuração da nova Folha de Pagamento adquirida pela PRODESAN para atendimento ao sistema do e-social
- Migração das informações da Folha de Pagamento anterior para a nova
- Adequação das informações cadastrais dos empregados para o sistema do e-social
- Operacionalização do Servidor para uso do Sistema Integrado de Gestão Empresarial (RADAR) com melhorias significativas na performance desse produto
- Estudo conjunto com as unidades da PRODESAN visando identificar sistemas legados (sistemas computacionais antigos ainda em funcionamento) que poderão ser descontinuados por não mais atenderem à demanda ou por não acompanharem a evolução tecnológica.
- Atualização tecnológica do portal da PRODESAN
- Melhorias no Sistema J.PROTED, atendendo às necessidades dos usuários
- Convênio de parceria com a Fundação Parque Tecnológico de Santos visando o compartilhamento de conhecimentos e tecnologia entre as empresas conveniadas com o Parque.

Eng. Antonio Carlos Silva Gonçalves
Presidente do Conselho de Administração

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos
Administradores e Acionistas da
**PRODESAN – PROGRESSO E DESENVOLVIMENTO DE
SANTOS S/A**
Santos – SP

Opinião Com Ressalva

Examinamos as demonstrações contábeis da **PRODESAN PROGRESSO E DESENVOLVIMENTO DE SANTOS S/A** que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado do exercício, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos do assunto tratado no parágrafo “Base Para Opinião Com Ressalva”, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **PRODESAN PROGRESSO E DESENVOLVIMENTO DE SANTOS S/A** em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações, e seus fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base Para Opinião Com Ressalva

Há o financiamento da dívida da **PRODESAN – PROGRESSO E DESENVOLVIMENTO DE SANTOS S/A** realizado pela **PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTOS** com base na LEI MUNICIPAL n° 1.835, de 27 de dezembro de 1999, junto ao **INSS**, e consolidada até 30 de novembro de 2001, com amortização dos débitos realizados através da retenção de parte do Fundo de Participação do Município (**F.P.M.**). A **PRODESAN – PROGRESSO E DESENVOLVIMENTO DE SANTOS S/A**, porém, não possui ainda a homologação desse procedimento.

Não foi apresentado relatório para verificação do valor recuperável dos bens do ativo imobilizado, assim não é possível realizar os testes necessários de “impairment” para certificar de eventual necessidade de constituição de provisão sobre o saldo em 31 de dezembro de 2018 do imobilizado no valor de R\$ 92.342.417,48.

Nossa Auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades estão descritas na seção: “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, conforme princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião

Outros Assuntos

A **PRODESAN** é dependente de contratos de prestação de serviços firmados com a **PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SANTOS** e ao longo dos últimos anos esses contratos não têm sido renovados, mas repassados para empresas terceirizadas, mesmo diante dessa situação de diminuição dos serviços contratados com a **PREFEITURA**, não houve qualquer reestruturação de gastos operacionais com mão de obra empregada na **PRODESAN**. Este fato leva a questão de incerteza quanto à continuidade da Companhia.

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela Governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria exerceu julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou

incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso

relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, não identificamos aqueles considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, não havendo constituição dos principais assuntos de auditoria.

Esses assuntos seriam descritos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 15 de março de 2019.

TBRT - ITIKAWA AUDITORES INDEPENDENTES

CRC 2SP021239/O-9

NIVALDO SABURO YAMAMOTO

CONTADOR CRC 1SP195282/O-9

*Av. Paulista 2202 Conj. 146-B
Bela Vista – São Paulo – SP
CEP 01310-200 / Tel: (11)3262-3685*



PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da **PRODESAN – Progresso e Desenvolvimento de Santos S.A.** examinou as Demonstrações Financeiras da Sociedade referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, complementadas por Notas Explicativas, elaboradas em consonância com o que determina a Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, configuradas pela legislação societária, através das Leis n.ºs. 11.638/2007 e 11.941/2009, e alterações posteriores, bem como o Relatório da Administração sobre os negócios sociais e os atos administrativos mais relevantes ocorridos no citado ano, concordando com as considerações constantes do Relatório dos Auditores Independentes, inclusive com as ressalvas, destacando a questão do refinanciamento da dívida mobiliária da Prodesan junto ao INSS (Lei Municipal n.º 1.835 de 27 de dezembro de 1999) consolidada até 30 de Novembro de 2001, com amortização dos débitos realizados através de retenção da quota parte do Fundo de Participação do Município (FPM), para qual solicita a homologação, e a ausência do teste de “*impairment*” para certificar a eventual necessidade de constituição de provisão sobre o saldo do imobilizado.

Os membros efetivos do Conselho Fiscal levaram em consideração as análises realizadas nos balancetes mensais, os trabalhos de acompanhamento da gestão, as práticas adotadas para o encerramento do balanço, tudo em consonância com a legislação em vigor e o relatório dos auditores independentes, firmando opinião que os citados documentos estão em condições de serem aprovados e submetidos à final apreciação e aprovação dos Acionistas.

Os Conselheiros Fiscais, com base nos resultados apresentados nas Demonstrações Financeiras do exercício findo em 31/12/2018, e as solicitações feitas em parecer anterior, constatou que:

- Nenhuma atitude foi tomada, desde as solicitações feitas anteriormente, para que houvesse alguma mudança significativa no quadro geral da situação econômico-financeira da empresa.
- A Usina de Asfalto continua acumulando prejuízos a cada exercício, demonstrando a sua inviabilidade e mesmo assim a administração não toma providências.
- A administração da Prodesan deverá solucionar as ressalvas apontadas pela Auditoria, inclusive efetuando a reestruturação de gastos da empresa para que ela se torne economicamente viável.

Santos, 27 de Março de 2019.

JOSÉ FERNANDO DE CARVALHO

MARLI NUNES DE SOUZA

RICARDO FERREIRA DE SOUZA LYRA

CNPJ 58.131.582/0001-25
BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO

Em R\$(1,00)

A T I V O	Notas	2.018	2.017
CIRCULANTE			
Caixa e Bancos		111.962	28.809
Aplicações Financeiras		21.127	17.220
Duplicatas a Receber	5.1	6.983.128	5.096.933
Contas a Receber	5.2	12.959	6.032
Outros Créditos	6.1 e 6.2	1.861.511	4.836.679
(-) Provisão p/ Devedores Duvidosos	5.1	(900.863)	(900.863)
Estoques		470.077	480.486
Obras e Serviços em Andamento		111.678	111.678
Despesas Antecipadas		114.331	122.071
TOTAL DO ATIVO CIRCULANTE		8.785.910	9.799.044
NÃO CIRCULANTE			
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO			
Outros Créditos	6.2	1.197.464	1.487.626
TOTAL DO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		1.197.464	1.487.626
INVESTIMENTOS		6.971	6.971
IMOBILIZADO	7	92.221.550	93.044.130
INTANGÍVEL	7	120.868	79.146
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		93.546.853	94.617.874
TOTAL DO ATIVO		102.332.763	104.416.918

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

CNPJ 58.131.582/0001-25
BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO

Em R\$(1,00)

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		2.018	2.017
CIRCULANTE			
Fornecedores		2.000.203	3.000.675
Obrigações com Pessoal		27.681	21.082
Obrigações Sociais e Previdenciárias	4 e 8	11.290.691	9.054.028
Obrigações Tributárias	4 e 8	6.754.205	3.873.331
Obrigações com Ações Judiciais	11	544.166	763.310
Provisão Férias e Encargos		7.252.405	6.310.535
Provisões para Contingências	11	2.623.203	2.439.268
Outras Exigibilidades		2.052.812	2.767.697
TOTAL DO PASSIVO CIRCULANTE		32.545.366	28.229.925
NÃO CIRCULANTE			
Obrigações Sociais e Previdenciárias	4 e 10	161.474.179	162.025.683
Obrigações Tributárias	4 e 9	36.832.020	39.938.142
Obrigações com Ações Judiciais	11	570.109	537.787
Provisões para Contingências	11	149.468	207.480
Outras Obrigações	10	100.477.393	89.187.726
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		299.503.169	291.896.818
TOTAL DO PASSIVO		332.048.535	320.126.742
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	13 e 14		
Capital		38.549.649	36.449.649
Ajuste de Avaliação Patrimonial		62.715.850	63.308.795
Prejuízos Acumulados		(330.981.271)	(315.468.268)
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		(229.715.772)	(215.709.824)
TOTAL PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		102.332.763	104.416.918

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

**DEMONSTRAÇÃO DE FLUXO DE CAIXA
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO**

Em R\$(1,00)

		2.018	2.017
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
RESULTADO DO PERÍODO		(16.411.405)	(4.429.191)
Ajustes:			
Depreciação/Amortização		1.080.422	1.098.492
Perdas Baixa do Imobilizado		2.211	3.973
Constituição de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	5.1	-	-
Despesas (Receitas) que não afetam o Caixa		305.458	305.849
(Aumento) Diminuição de Dup. a Receber / Val.a Faturar		(1.886.195)	5.900.388
(Aumento) Diminuição de Contas a Receber		(6.927)	(241)
(Aumento) Diminuição de Outros Ativos Circulantes		2.993.317	(2.214.999)
(Aumento) Diminuição do Realizável a Longo Prazo		290.162	(636.554)
Aumento (Diminuição) de Fornec. / Emp. / Contas a Pagar		(1.000.472)	427.678
Aumento (Diminuição) de Impostos e Contribuições Sociais		5.117.537	2.649.175
Aumento (Diminuição) de Provisões		1.125.805	(2.934.436)
Aumento (Diminuição) de Obrigações com Ações Judiciais		(219.144)	74.554
Aumento (Diminuição) de Outros Passivo Circulante		(708.286)	(496.741)
Aumento (Diminuição) de Outros no Passivo não Circulante		7.606.351	(270.618)
Total dos Ajustes		14.700.239	3.906.520
Caixa (Aplicado)/Gerado em atividade operacional	13.2	(1.711.166)	(522.671)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS			
Integralização de Capital	13.2	2.100.000	-
Caixa Gerado em atividades de financiamentos		2.100.000	-
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS			
Aquisição de Intangível		(91.983)	(3.323)
Aquisição de Imobilizado		(209.791)	(70.172)
Caixa Aplicado em atividades de investimentos		(301.774)	(73.495)
AUMENTO LIQUIDO DE CAIXA		87.060	(596.166)
AUMENTO/DIMINUIÇÃO EM CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		87.060	(596.166)
CAIXA NO INÍCIO DO PERÍODO		46.029	642.195
CAIXA NO FIM DO PERÍODO		133.089	46.029

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

**DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO**

R\$(1,00)

H i s t ó r i c o	C a p i t a l S o c i a l	A j u s t e d e A v a l i a ç ã o P a t r i m o n i a l	P r e j u í z o s A c u m u l a d o s	P a t r i m ô n i o L í q u i d o
Saldo em 31.12.2016	36.449.649	63.901.739	(311.937.478)	(211.586.090)
Realização por Depreciação	-	(592.945)	898.401	305.456
Prejuízo Líquido do Exercício	-	-	(4.429.191)	(4.429.191)
Saldo em 31.12.2017	36.449.649	63.308.794	(315.468.268)	(215.709.824)
Integralização de Capital	2.100.000	-	-	2.100.000
Realização por Depreciação	-	(592.945)	898.401	305.456
Prejuízo Líquido do Exercício	-	-	(16.411.405)	(16.411.405)
Saldo em 31.12.2018	38.549.649	62.715.850	(330.981.271)	(229.715.772)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

R\$ (1,00)

NOTA 01 - ATIVIDADES

A PRODESAN - Progresso e Desenvolvimento de Santos S/A, sociedade de economia mista, constituída nos termos da autorização contida na Lei Municipal nº 3.133/65, tem como acionista majoritária a Prefeitura Municipal de Santos, e suas atividades atuais abrangem:

- a) Executar serviços de limpeza no sistema de drenagem;
- b) Fiscalizar a operação das atividades relacionadas à limpeza pública;
- c) Produzir massa asfáltica;
- d) Executar serviços de Conservação de Vias Públicas;
- e) Executar serviços de limpeza de edificações de próprios municipais;
- f) Elaborar projetos de arquitetura e de engenharia;
- g) Organizar e administrar serviços na área da Tecnologia da Infomação;
- h) Assistir a Administração Pública Municipal em áreas de seu interesse;
- i) Realizar quaisquer outras atividades compatíveis com as suas finalidades.

NOTA 02 – ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

A Diretoria da PRODESAN - Progresso e Desenvolvimento de Santos S/A, autorizou a conclusão da elaboração das demonstrações contábeis em 22 de fevereiro de 2018. Tais demonstrações foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com a atual legislação societária e práticas contábeis, em observância aos Pronunciamentos Contábeis, que incluem estimativas e premissas, como a mensuração de provisões para perdas de créditos a receber, estimativas de valor justo de certos instrumentos financeiros, estimativas para a determinação da vida útil de ativos e provisões necessárias para passivos contingentes. Portanto, os resultados efetivos podem ser diferentes destas estimativas e premissas.

NOTA 03 - SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Apuração do Resultado

O resultado é apurado pelo regime de competência de exercícios.

b) Aplicações financeiras

Registradas ao valor de aplicação, acrescido dos rendimentos auferidos até o encerramento do exercício.

c) Investimentos

Estão demonstrados ao custo de aquisição, corrigidos monetariamente até 31 de dezembro de 1995, ajustado pela provisão para perda provável na realização, quando necessário.

d) Imobilizado

Está registrado ao custo de aquisição ou construção corrigido monetariamente até 31 de dezembro de 1995. As depreciações e amortizações são calculadas pelo método linear às taxas descritas na Nota explicativa nº 07.

Em 2018 a empresa não efetuou testes de recuperabilidade, tendo em vista a avaliação recente (2016), onde já foram realizados tais testes em seus ativos móveis, conforme Pronunciamento Técnico CPC 01, e foi feita a revisão dos critérios utilizados para determinação da estimativa da vida útil econômica, do cálculo da depreciação e amortização dos bens, conforme Pronunciamento Técnico CPC 2, e somado a isso os bens em sua maioria já estão totalmente depreciados, e a parcela restante é ínfima ante o patrimônio total da empresa que já está reavaliado. Alguns bens permanecem gravados por conta de execução fiscal, trabalhista e cível, conforme nota explicativa nº 12.

e) Ativo Circulante / Não Circulante e Passivo Circulante e Não Circulante

Os ativos são apresentados por seus valores de realização, acrescidos quando aplicável, dos correspondentes encargos financeiros, atualização monetária e juros. Os passivos estão apresentados por valores correspondentes às obrigações assumidas, acrescidos dos encargos financeiros, atualização monetária e, quando cabível, de juros moratórios e multas. A provisão de férias é constituída com base nos períodos aquisitivos completos e proporcionais dos funcionários, até a data do balanço, acrescida dos encargos sociais e previdenciários correspondentes. A provisão para contingências é constituída e atualizada, tendo por base a opinião de seus Assessores Jurídicos, sobre as probabilidades de perdas, sendo considerada suficiente para cobrir eventuais perdas com ações trabalhistas, cíveis e fiscais em andamento.

NOTA 04 – PARCELAMENTOS ESPECIAIS

4.1 – Parcelamento Lei 13.043/2014

A Lei nº 13.043/2014, de 13 de novembro de 2014, em seu artigo 33, permitiu que os parcelamentos com débitos vencidos até 31/12/2013, utilizassem créditos próprios de prejuízos fiscais apurados até 31/12/2013. Assim, o parcelamento ordinário da Cofins não cumulativo, foi incluso nesta forma de pagamento. A PRODESAN ainda aguarda a consolidação desse parcelamento pelo fisco.

4.2 – Programa de Regularização Tributário - PRT

A Medida Provisória nº 766 de 04 de janeiro de 2017, regulamentada no âmbito da Receita Federal do Brasil pela Instrução Normativa nº 1687 de 31 de janeiro de 2017 instituiu o Programa de Regularização Tributária, pelo qual foi possível quitar débitos vencidos até 30/11/2016. A PRODESAN aderiu ao parcelamento em duas modalidades, Débitos Previdenciários e Demais Débitos.

No caso dos Demais Débitos, foi declarada a desistência dos parcelamentos 10845-400816/2015-46 (Cofins 12/2014) e 10845-400854/2015-07 (Cofins 01/2015) para a sua inclusão no PRT, bem como a inclusão de débitos referentes a Pis/Pasep, Cofins e da Contribuição Substituta sobre a Folha de Pagamento (Desoneração - DARF-TI) vencidos entre 31/05/2016 e 30/11/2016. Em 27/06/2018 a consolidação destes débitos foi feita junto à Receita Federal.

Quanto aos Débitos Previdenciários foi feita a inclusão de valores vencidos relativos a contribuições ao INSS entre 31/05/2016 e 30/11/2016, além da renúncia aos Parcelamentos Previdenciários Simplificados 61335295-5 (INSS Terceiros 12/2014) e 61365295-5 (INSS Patronal 13/2014) para inclusão no PRT, uma vez que não possuíam benefícios fiscais. Foi feita a exclusão do DARF 1233 - Parcelamento de Dívidas Não Parceladas Anteriormente - Art. 1º - Débitos Previdenciários – RFB, parcelado na forma da Lei nº 11.941/2009, para a sua inclusão no PRT. A consolidação do parcelamento de Débitos Previdenciários foi realizada pela PRODESAN em 18/12/2017. Este parcelamento vem sendo adimplido pela empresa, e o vencimento da última parcela se dará em 31/01/2019.

Circulante	2018	2017
PRT – débitos previdenciários	386.730	2.198.867
PRT – demais débitos	-	-
TOTAL	386.730	2.198.867

Não Circulante	2018	2017
PRT – débitos previdenciários	169.144	169.144
PRT – demais débitos	-	2.800.666
TOTAL	169.144	2.969.810

4.3 – Parcelamento Lei 11.941/2009

No exercício de 2018, foram adimplidos os pagamentos dos parcelamentos dos impostos e contribuições negociados.

Os débitos parcelados estão registrados como segue:

Circulante	2018	2017
PGFN – débitos previdenciários	115.392	2.585.883
PGFN – demais débitos	68.724	1.536.023
RFB – demais débitos	7.745	172.841
TOTAL	191.861	4.294.747

Não Circulante	2018	2017
PGFN – débitos previdenciários	15.560.944	15.560.944
PGFN – demais débitos	9.228.919	9.228.919
RFB – demais débitos	1.037.538	1.037.538
TOTAL	25.827.401	25.827.401

NOTA 05 - VALORES A RECEBER

Os valores a receber são compostos por grupos de contas derivadas de suas atividades operacionais, assim:

5.1 – Duplicatas a receber

Cliente	2018	2017
Prefeitura Municipal de Santos		
Serviços de Limpeza Urbana	20.577	20.577
Serviços Conservação de Vias	767.846	34.910
Serviços Diversos	5.218.336	3.977.425
Terceiros		
Serviços Diversos Terceiros	976.368	1.064.022
Total Geral	<u>6.983.127</u>	<u>5.096.934</u>

A empresa constitui Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (PCLD), o que reduz o possível impacto no resultado do exercício quando eventualmente não ocorre o recebimento de algum título (inadimplência). Apesar do aumento dos valores em aberto em relação a 2017, em 31 de dezembro de 2018 esta estimativa permaneceu no valor de R\$ 900.862,89, uma vez que os únicos títulos não provisionados são aqueles que possuem efetiva negociação para o recebimento, e quase a totalidade dos valores não provisionados refere-se a títulos vincendos.

5.2 – Contas a Receber

Circulante	2018	2017
Outras Contas a Receber	12.959	6.032
Total no Circulante	<u>12.959</u>	<u>6.032</u>

NOTA 06 – OUTROS CRÉDITOS

6.1 - OUTRAS CONTAS A RECEBER

Valores a receber referentes a adiantamentos, valores em conta vinculada e depósitos judiciais, especificamente de ações judiciais provocadas por fornecedores de bens e serviços.

6.2 – IMPOSTOS RECUPERÁVEIS

Os valores dos impostos recuperáveis, inclusive de impostos e contribuições retidos sobre os serviços prestados, valores estes atualizados e compensados mensalmente com impostos da mesma natureza ou no exercício seguinte com os demais tributos federais.

Composição

Outras Contas a Receber	2018	2017
Adiantamentos	124.693	142.834
Outros Créditos	408.622	531.537
Retenções		
Retido na fonte – ano base 2017	-	556.238
Retido na fonte – ano base 2018	508.278	-
ICMS	15.570	-
Outras Retenções	7.752	8.809
Crédito Prejuízo Fiscal	796.595	3.597.261
Total	<u>1.861.510</u>	<u>4.836.679</u>
Não Circulante		
Outros Créditos	1.197.464	1.487.626
Total	<u>1.197.464</u>	<u>1.487.626</u>

NOTA 07 – IMOBILIZADO E INTANGÍVEL

Item	% Taxas Depreciação Amortização	Custo	Depreciação Amortização Acumulada	Valor Líquido	Valor Líquido
				2018	2017
Terrenos	-	73.441.679	-	73.441.679	73.441.679
Edificações/ Benfeitorias	4	22.460.025	4.342.271	18.117.754	19.016.155
Maq.e Equip.	10/20	2.899.424	2.431.564	467.860	373.120
M. e Utensílios	10/20	702.974	581.784	121.190	149.363
Veículos	20	1.327.869	1.327.869	-	-
Instalações	10/20	111.621	95.930	15.691	19.564
Outros	10/20	<u>142.592</u>	<u>85.216</u>	<u>57.376</u>	<u>44.249</u>
Total		101.086.184	8.864.634	92.221.550	93.044.130
Intangível	10/20	609.993	489.125	120.868	79.147

NOTA 08 - OBRIGAÇÕES SOCIAIS E PREVIDENCIÁRIAS

As Obrigações Sociais e Previdenciárias estão compostas pelos seguintes grupos de contas:

Composição	2018	2017
INSTITUTO NACIONAL SEGURO-INSS		
Contribuições a vencer	1.270.248	1.338.974
Contribuições vencidas	9.076.672	2.437.830
FUNDO GARANTIA TEMPO SERVIÇO-FGTS	326.538	338.533
Outras Obrigações	10.363	16.064
Total	10.683.821	4.131.401

PARCELAMENTOS

- FUNDO GARANTIA TEMPO SERVIÇO-FGTS

Parcelamento 180 meses	104.748	137.876
------------------------	---------	---------

LEI 11.941-OB.SOCIAIS PREVIDENCIARIAS

Parcelamento 180 meses	115.392	2.585.883
------------------------	---------	-----------

PRT - DÉBITOS PREVIDENCIÁRIOS

Parcelamento 24 meses	386.729	2.198.867
-----------------------	---------	-----------

OUTRAS OBRIGAÇÕES	289	6.201
--------------------------	-----	-------

Total	607.158	4.928.827
--------------	----------------	------------------

Total Geral	<u>11.290.979</u>	<u>9.060.228</u>
--------------------	--------------------------	-------------------------

NOTA 09 - OBRIGAÇÕES FISCAIS E TRIBUTÁRIAS

	2018	2017
Composição		
<u>COFINS</u>		
Contribuições a vencer	198.268	207.613
Contribuições vencidas	5.255.219	1.188.576
<u>PASEP</u>		
Contribuições a vencer	42.960	45.008
Contribuições vencidas	485.931	199.288
<u>IMPOSTO DE RENDA NA FONTE</u>		
Contribuições a vencer	25.687	320.305
Contribuições vencidas	358.585	178.425
<u>Imposto s/Circ.Merc.Serv.-ICMS</u>		
Contribuições a vencer	3.096	6.247
Contribuições vencidas	-	11.887
<u>OUTRAS OBRIGAÇÕES</u>	<u>7.702</u>	<u>5.444</u>
Total	6.677.448	2.162.794
<u>PARCELAMENTOS</u>		
Lei 11.941-DEMAIS DÉBITOS		
Parcelamentos 180 meses	76.468	1.708.864
Total no Circulante	6.753.916	3.871.658
Não Circulante		
<u>Obrigações Tributárias</u>		
Lei 11.941-DEMAIS DÉBITOS		
Parcelamentos 180 meses	10.266.457	10.266.457
PRT – DEMÁIS DÉBITOS – À VISTA	-	2.800.665
TRIBUTOS DIFERIDOS	26.565.562	26.871.018
Total	<u>36.832.019</u>	<u>39.938.140</u>

NOTA 10 – PARCELAMENTOS A LONGO PRAZO

10.1 - Composição	2018	2017
<u>OBRIGAÇÕES SOCIAIS/PREVIDENCIÁRIAS</u>		
<u>FGTS</u>		
Parcelamento 180 meses	-	551.504
<u>I.N.S.S./SAL.EDUCAÇÃO</u>		
Parcelamento 240 meses	145.010.491	145.010.491
<u>LEI 11.941-OB.SOCIAIS E PREVIDENCIÁRIAS</u>		
Parcelamento 180 meses	15.560.944	15.560.944
<u>COFINS/PASEP</u>		
Parcelamento 60 meses	733.600	733.600
<u>PRT – DÉBITOS PREVIDENCIÁRIOS</u>		
Parcelamento 24 meses	169.144	169.144
Total	161.474.179	162.025.683
<u>OBRIG.FISCAIS E TRIBUTÁRIAS/OUTRAS</u>		
<u>LEI 11.941-DEMAIS DÉBITOS</u>		
Parcelamento 180 meses	10.266.457	10.266.457
<u>PRT – DEMAIS DÉBITOS</u>		
Pagamento à vista	-	2.800.666
<u>OUTRAS OBRIGAÇÕES</u>	127.762.532	116.804.011
Total	138.028.989	129.871.134
Total Geral	<u>299.503.168</u>	<u>291.896.817</u>

10.2 – Parcelamentos

10.2.1 – INSS

O saldo de R\$ 145.010.491 no grupo de Obrigações Sociais e Previdenciárias está sendo amortizado pela Prefeitura Municipal de Santos que, com base na Lei Municipal nº 1835, de 27 de dezembro de 1999, contratou o refinanciamento da dívida mobiliária da PRODESAN junto ao INSS, com débito consolidado em 30 de novembro de 2001; a amortização é feita através de retenção da quota parte do Fundo de Participação dos Municípios – FPM.

10.2.2 – Parcelamento – Lei 11.941/09 e Lei 10.522/02

Autorizada pela Lei Municipal nº. 2.739, de 21 de dezembro de 2010, a Prefeitura Municipal de Santos garante o pagamento integral das parcelas dos acordos de parcelamento de débitos da PRODESAN junto à Procuradoria Geral da Fazenda Nacional - PGFN e Receita Federal do Brasil – RFB, ajustados nos termos das Leis Federais nºs. 11.941, de 27 de maio de 2009, e 10.522, de 19 de julho de 2002. Firmado com a Prefeitura o Termo de Compromisso nº 43/2011, processo nº 19379/2009-98, para reembolso dos valores pagos, em 240 parcelas, atualizadas pela variação anual do IPCA. O saldo devedor em 31/12/2018, incluída a variação anual do IPCA, é de R\$ 85.339.026.

10.2.3 – FGTS

Em 21/06/2001 foi celebrado junto a Caixa Econômica Federal acordo de parcelamento em 180 prestações, referente a débitos junto ao FGTS, relativos às competências de maio de 1996 a maio de 2001. Celebrados em 2005, 2006 e 2009, respectivamente o 1º, 2º e 3º Aditamentos a esse acordo, com inclusão de novos débitos. O saldo total devido em 31/12/2018 é de R\$ 104.748.

10.2.4 – Atualização Monetária – débitos previdenciários

Os valores das dívidas previdenciárias estão sendo atualizados monetariamente, de acordo com a legislação em vigor.

10.2.5 – Parcelamentos – Lei 11.941/09, 13.043/2014 e o Programa de Regularização Tributária Conforme nota explicativa nº 4.

10.2.6 – Atualização Monetária – débitos tributários

Os valores das dívidas tributárias estão sendo atualizados monetariamente, de acordo com a legislação em vigor.

NOTA 11 – CONTINGÊNCIAS

Processos Cíveis e Trabalhistas

Valores relativos a ações trabalhistas e cíveis são reconhecidos de acordo com a posição dos advogados da Empresa, e estão assim constituídas:

	2018	2017
Composição		
OBRIGAÇÕES AÇÕES JUDICIAIS		
Circulante	544.166	763.310
Não Circulante	548.155	515.833
Total	1.092.321	1.279.143
PROVISÕES PARA CONTINGÊNCIAS		
Circulante	2.623.203	2.439.268
Não Circulante	149.467	207.480
Total	2.772.670	2.646.748
Total Geral	3.864.991	3.925.891

As contingências mencionadas estão garantidas por bens do imobilizado. Quanto aos Passivos Contingentes, na data em questão totalizaram R\$ 259.772,11.

NOTA 12 – ONUS E GRAVAMES DE BENS

Os bens do imobilizado estão, em sua maior parte, penhorados devido a diversos processos de natureza fiscal, trabalhista e cível cujas contingências estão mencionadas na nota explicativa nº 11.

NOTA 13 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO E PRINCIPAIS VARIAÇÕES NO RESULTADO

No Exercício de 2018, apesar das ações implementadas pela Administração, a situação patrimonial da PRODESAN permaneceu negativa.

13.1 – Despesas com Pessoal

As despesas com folha de pagamento e encargos representaram no exercício de 2018, um dispêndio de pouco mais de R\$ 48 milhões, cerca de 3,61% menor que no ano anterior que foi de aproximadamente R\$ 50 milhões. Essa diminuição ainda é reflexo da redução no quadro de pessoal ocorrida em 2017, devido a não renovação de alguns contratos junto à Prefeitura Municipal de Santos, em especial com a Secretaria de Educação (SEDUC), que vigorou até o início de maio de 2017, ou seja, os primeiros meses daquele exercício registraram despesa maior que os primeiros meses de 2018, o que equivale a redução de quase R\$ 2 milhões ocorrida no período.

13.2 – Capital de Giro

Os recursos financeiros advindos de suas atividades operacionais não possibilitaram a manutenção do fluxo de caixa, desta forma houve aplicação de recursos pela acionista majoritária de R\$ 2,1 milhões, da parcela de aumento de capital autorizado pela Lei 3.217 de 26 de novembro de 2015.

13.3 – Resultado do Exercício

No exercício de 2018 a empresa teve um prejuízo de R\$ 16 milhões. Esse quadro ainda é resultante de uma queda de cerca de 10 milhões da Receita Operacional Bruta ocorrida entre 2016 e 2017, situação que permanece inalterada, porém que teve o seu impacto melhor evidenciado apenas nesse exercício, uma vez que não houve ganhos com parcelamentos especiais como no exercício anterior. Tal situação está gerando desde 2017 o inadimplemento e atraso no pagamento de inúmeras obrigações tributárias, gerando despesas de juros e multa superiores a ordem de 2,5 milhões somente em 2018, além de quase R\$ 800 mil referentes a honorários advocatícios sobre débitos previdenciários, incluídos na dívida ativa junto à Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

13.4 – Custo do serviço prestado e produtos vendidos.

Os custos dos serviços e produtos se mantiveram em patamares semelhantes aos do período anterior e acompanhando a redução na Receita Operacional Bruta (conforme item 13.3) teve uma diminuição de 2,6 milhões nos valores totais.

13.5 – Despesas administrativas.

Tais despesas apresentaram valores aproximados aos do ano anterior, contudo, em 2017 o grupo sofreu impacto contábil devido às despesas tributárias resultantes da rescisão de parcelamento previdenciário da Lei 11.941/2009 para a sua inclusão no PRT, conforme item 4.2, o que já não ocorreu em 2018.

NOTA 14 - CAPITAL SOCIAL E RESERVAS

O capital social está representado por 3.854.964.899 ações ordinárias nominativas de R\$ 0,01 cada, em 2018 houve aporte de capital no valor total de R\$ 2.100.000,00. A Prefeitura Municipal de Santos detém 3.851.810.685 ações, correspondente a 99%, do capital total.

A empresa, considerando o artigo 6º, da Lei 11.638 de 28/12/2007, optou por manter os saldos existentes nas reservas de reavaliação até a sua efetiva realização.

NOTA 15 - COBERTURA DE SEGUROS

A empresa mantém cobertura de seguros, para os bens do imobilizado, em montante que considera suficiente face os riscos envolvidos. A composição das coberturas em 31.12.2018 está assim constituída:

DISCRIMINAÇÃO	VALOR
Edifícios	20.247.370
Veículos – Danos Materiais e Terceiros	990.000
Veículos – Danos Pessoais e Terceiros	990.000
Veículos – Danos Morais	330.000
Total	22.557.370

ANTÔNIO CARLOS SILVA GONÇALVES
Diretor Presidente

JEFERSON NOVELLI DE OLIVEIRA
Diretor Administrativo-Financeiro

FABIO HALISON SIQUEIRA DE OLIVEIRA
CRC 1SP 295.990/O-1